

Legislação ambiental usualmente aplicada aos procedimentos de Fiscalização:

- **Lei N. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998** - Lei de crimes ambientais.
- **Decreto Nº 6.514, de 22 de julho de 2008** - Altera a Lei N 9.605.
- **Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, de 5 de abril de 1990.**
- **Lei N. 2.138 de 11 de maio de 1994** - Cria a Secretaria Municipal de Meio Ambiente- SMAC, e determina suas atribuições e competências;
- **Lei 3268 de 29 de agosto de 2001** - Altera o Regulamento N.15 aprovado pelo Decreto N. 1601/ 78 - de proteção da coletividade contra a poluição sonora.
- **Decreto N.29.881 de 18 de setembro de 2009** - Regulamento n.º 2 - Da Proteção Contra Ruídos.
- **Lei N. 5.526/12, de 25 de setembro de 2012** - Veda a instalação e funcionamento de sinaleiras sonoras de entrada e saída de veículos em edificações situadas em bairros e logradouros residenciais.
- **Resolução SMAC N. 51 de 12 de julho de 1999** – Institui os modelos de Embargo/ Notificação e Interdição na SMAC e a Resolução SMAC N. 416 de 7 de março de 2006, que dispõe sobre a publicidade dos mesmos.
- **Resolução SMAC N. 427 de 26 de outubro de 2006** – Dispõe sobre a apreensão administrativa de instrumentos usados na prática de infração ambiental.
- **Decreto N. 18.575 de 3 de maio de 2000** – Dispõe sobre procedimentos de apreensão administrativa de espécies nativas de flora e fauna.
- **Decreto N. 18.473 de 27 de março de 2000** – Disciplina os procedimentos para embargo e notificação relativos a parcelamentos irregulares.
- **Resolução SMAC n.º 066/2000** - Autorizações ambientais.